

Folha Informativa SRADR

2023-11-13



Região Autónoma dos Açores

Notícias

◆ Governo dos Açores promoveu conferência final do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Alonso Miguel, presidiu à conferência final do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores, no auditório do Laboratório Regional de Engenharia Civil, em Ponta Delgada.

Segundo Alonso Miguel, este Roteiro, cuja versão preliminar hoje foi apresentada, com base na definição de narrativas e cenários socioeconómicos de desenvolvimento da Região, "teve por objetivo estabelecer uma visão estratégica clara e explorar trajetórias custo-eficazes, tecnologicamente exequíveis e economicamente viáveis em diversos cenários de crescimento económico e demográfico, de forma a atingir a neutralidade carbónica em 2050".

"Na prática, este instrumento constitui uma peça-chave para criar, com maior rigor, métricas relativas às emissões líquidas de gases com efeito de estufa, e, com base nessa informação, definir a estratégia, as medidas de mitigação e os esforços necessárias para descarbonização de cada um dos setores mais relevantes, para que os Açores possam trilhar um percurso de sucesso rumo à neutralidade carbónica", explicou.

O Secretário Regional salientou que este processo de planeamento incluiu diversos momentos de envolvimento e interação com os diferentes 'stakeholders', como um inquérito online sobre a postura das empresas em relação à neutralidade carbónica, 'workshops' participativos para discutir opções de descarbonização transetoriais e sessões públicas para debater as opções de financiamento sustentável, numa abordagem sistemática que visou garantir que a Região Autónoma dos Açores atinja os seus objetivos climáticos de forma eficaz e colaborativa".

Os diferentes cenários traçados no âmbito deste roteiro tiveram por base os dados disponibilizados pelo IRERPA de 2022, com referência ao ano de 2020, de acordo com os quais "os Açores são caracterizados por quatro principais setores responsáveis pela generalidade das emissões, e sobre os quais se deve envidar esforços de descarbonização, nomeadamente, os setores da "Energia", da "Mobilidades e Transportes", dos "Resíduos e Águas Residuais" e da "Agricultura, Floresta e Outros Usos do Solo", avançou.

De acordo com o governante, o total de emissões de gases com efeito estufa (GEE) dos Açores em 2020 atingiu 1,72 Mt CO₂eq, em que o setor da "Energia", onde se inclui a "Mobilidade e Transportes", representa 49,2% das emissões, os "Resíduos e Águas Residuais" 6,6% do total, enquanto que a Agricultura, Floresta e Outros Usos do Solo foram responsáveis por 41,7% do total de emissões da Região.

"Neste contexto, com base no trabalho realizado no âmbito deste roteiro, num cenário de neutralidade carbónica, foi possível aferir que a aposta com melhor desempenho custo-eficácia passa por concentrar cerca de 50% do esforço necessário de redução de emissões de gases com efeito de estufa no setor dos transportes", disse.

Alonso Miguel esclareceu que "o setor da Agricultura e Florestas terá de compreender cerca de 36% do total do esforço de redução de emissões necessário, enquanto o setor da energia terá de concentrar cerca de 12,5% do esforço de redução, cabendo ao setor dos resíduos e água residuais cerca de 1,5% desse esforço".

"Para alcançar a descarbonização prevista para cada um dos setores, será analisado um vasto conjunto de medidas propostas, apresentadas em resultado do trabalho realizado, relacionadas, por exemplo, com o aumento substancial da produção e da utilização de energias renováveis, com o aumento da eficiência energética, com a eletrificação de transportes e a utilização de biocombustíveis, com alterações ao nível da pecuária, sobretudo com a redução do efetivo de vacas leiteiras, e com o aumento dos sumidouros de carbono, através da reflorestação", explanou.

Segundo o Secretário Regional, "para além do Roteiro propriamente dito, este projeto compreende ainda o estudo para a criação de novos clusters de competitividade para a neutralidade carbónica; a elaboração de Guias de boas práticas setoriais e territoriais para a neutralidade carbónica e o Estudo de instrumentos fiscais para a neutralidade carbónica".

Folha Informativa SRADR

2023-11-13

O Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores será concluído até ao final de 2023, sendo submetido a um processo de consulta pública e, posteriormente, alvo de apreciação e aprovação por parte do Conselho de Governo.

Fonte - [Governo dos Açores promoveu conferência final do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores - Comunicação - Portal \(azores.gov.pt\)](#)



República Portuguesa

Eventos

❖ Seminário “Acelerar e ajustar a formação no setor agroalimentar” – 16 de novembro

O Instituto Politécnico de Coimbra, juntamente com a CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL e a FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares, promovem no próximo dia 16 de novembro, da parte da tarde, na sede da CONFAGRI, o seminário “Acelerar e ajustar a formação no setor agroalimentar”.

O seminário realiza-se no âmbito dos projetos Fields, I-Restart e Eqvegan.

Marca presença neste seminário, em representação do IPC e na qualidade de coordenador do projeto [Eqvegan](#), o professor da ESAC, Rui Costa, que irá também proferir uma comunicação sobre o “Pacto para as Competências”.

Os interessados em participar no evento devem inscrever-se em <https://forms.gle/yWQC�uihmKEGNhoC7>.

Fonte - [Seminário “Acelerar e ajustar a formação no setor agroalimentar” - 16 de novembro - Lisboa - Agroportal](#)

❖ Workshop – Inovação para Circularidade na Bioeconomia: Caso da Agricultura e Floresta – 22 de novembro

Realiza-se o Workshop (WS) Nacional – Inovação para Circularidade na Bioeconomia: Caso da Agricultura e Floresta.

Esta é a primeira atividade presencial do Biorural (de um conjunto de 3) cujo objetivo é juntar diversas pessoas de diferentes contextos sociais (agricultores, atores políticos, investigadores, técnicos e provedores de tecnologia) para pensarmos sobre inovações na circularidade dos nossos processos produtivos e cadeia de valor.

[→ Inscrições ←](#)

Fonte - [Workshop - Inovação para Circularidade na Bioeconomia: Caso da Agricultura e Floresta - 22 de novembro - Alcobaca - Agroportal](#)



União Europeia



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE

❖ Está a decorrer o período para a apresentação de comentários relativamente ao seguinte [PROJETO DE ATO](#):

- ✓ **Título: Medidas relacionadas com pragas vegetais específicas - *Agrilus planipennis***

Folha Informativa SRADR

2023-11-13



Opinião dos Cidadãos e Empresas sobre as Políticas da UE

Sumário: Os recentes surtos de *Agrilus planipennis* Fairmaire ("a praga especificada") em países terceiros próximos das fronteiras da União exigem a introdução de medidas para impedir o estabelecimento e a propagação da praga especificada no território da União, caso se verifique a sua presença.

A fim de assegurar a ausência da praga especificada no território da União, os Estados-Membros devem efetuar inquéritos anuais intensivos para detetar a presença da praga especificada e utilizar métodos em conformidade com as informações científicas e técnicas mais recentes.

Período para comentários: 10 de novembro de 2023 a 8 de dezembro de 2023

Link: [Measures related to specific plant pests - Agrilus planipennis \(europa.eu\)](https://europea.eu)



Notícias da Comissão Europeia



A Comissão congratula-se com o acordo sobre o orçamento anual da UE para 2024

É urgente chegar a um acordo rápido sobre a revisão do Quadro Financeiro Plurianual (QFP), tal como proposto pela Comissão em junho de 2023, a fim de disponibilizar os recursos necessários para novas necessidades cruciais, que não podem ser financiadas ao abrigo dos limites máximos do QFP na sua forma atual. Isto é particularmente necessário para permitir que a UE responda às consequências da guerra de agressão da Rússia na Ucrânia numa base estável, às contínuas pressões migratórias e às suas causas profundas, à resposta da UE a catástrofes naturais e à concorrência global em tecnologias críticas fundamentais.

No entanto, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia chegaram a um acordo sobre o orçamento da UE para 2024, que ajudará, nomeadamente, a fazer face às consequências mais urgentes da crise no Médio Oriente nos países em causa, bem como na Europa e na sua vizinhança.

A Comissão congratula-se com este acordo, que assegurará o financiamento das prioridades da UE para o próximo ano. O acordo sobre o orçamento para 2024 prevê autorizações no valor de 189,4 mil milhões de euros e pagamentos no valor de 142,6 mil milhões de euros. O orçamento de 2024 continuará a apoiar a recuperação económica em curso, reforçando simultaneamente a autonomia estratégica da Europa. Continuará a ser dada prioridade às despesas ecológicas e digitais para tornar a Europa mais resiliente e preparada para o futuro, nomeadamente através do NextGenerationEU.

O orçamento acordado orientará os fundos para onde podem fazer a maior diferença.

Para dar resposta às prioridades da União, foi acordado financiar, entre outros, os seguintes domínios:

- 16,2 mil milhões de euros para apoiar os nossos vizinhos e o desenvolvimento e a cooperação internacionais. O acordo inclui aumentos específicos para o programa de ajuda humanitária (1,9 mil milhões de euros) para fazer face a situações de crise em todo o mundo, incluindo necessidades prementes na vizinhança da UE. O financiamento para o Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDI) - Europa Global (11,5 mil milhões de euros) centra-se, por exemplo, na migração na vizinhança meridional, nas causas profundas da migração em África e noutras regiões, bem como nos fundos destinados à Moldávia para realizar as reformas necessárias na via do alargamento à UE. Serão disponibilizados 2,1 mil milhões de euros para o Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA III) para apoiar, por exemplo, as reformas nos Balcãs Ocidentais;
- **53,7 mil milhões de euros para a Política Agrícola Comum e 1,1 mil milhões de euros para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura, para os agricultores e os pescadores da Europa, mas também para reforçar a resiliência dos sectores agroalimentar e das pescas e para proporcionar a margem necessária para a gestão de crises;**
- 47,9 mil milhões de euros para o desenvolvimento regional e a coesão, a fim de apoiar a coesão económica, social e territorial, bem como as infraestruturas de apoio à transição ecológica e os projetos prioritários da União;
- 13,6 mil milhões de euros para a investigação e a inovação, dos quais 12,9 mil milhões de euros para o Horizonte Europa, o programa de investigação emblemático da União. O orçamento inclui igualmente o financiamento do Ato Europeu das Fichas no âmbito do Horizonte Europa e do Programa Europa Digital;

Folha Informativa SRADR

2023-11-13



Notícias da Comissão Europeia

- 4,6 mil milhões de euros para investimentos estratégicos europeus, dos quais 2,7 mil milhões de euros para o Mecanismo Interligar a Europa para melhorar as infraestruturas transfronteiriças, 1,3 mil milhões de euros para o Programa Europa Digital para moldar o futuro digital da União e 348 milhões de euros para o InvestEU para as principais prioridades (investigação e inovação, dupla transição ecológica e digital, setor da saúde e tecnologias estratégicas);
- 2,3 mil milhões de euros para despesas dedicadas ao espaço, principalmente para o Programa Espacial Europeu, que reunirá a ação da União neste domínio estratégico;
- 21,9 mil milhões de euros para as pessoas, a coesão social e os valores, 16,8 mil milhões de euros para o Fundo Social Europeu (FSE+), 3,8 mil milhões de euros para o programa Erasmus+ para criar oportunidades de educação e mobilidade para as pessoas, 335 milhões de euros para apoiar artistas e criadores em toda a Europa e 261 milhões de euros para promover a justiça, os direitos e os valores;
- 3,3 mil milhões de euros para os crescentes custos de contração de empréstimos para o NextGenerationEU;
- 2,4 mil milhões de euros para o ambiente e a ação climática, dos quais 765 milhões de euros para o programa LIFE, a fim de apoiar a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, e 1,5 mil milhões de euros para o Fundo para uma Transição Justa, a fim de garantir que a transição ecológica seja benéfica para todos;
- 2,2 mil milhões de euros para a proteção das nossas fronteiras, dos quais 1,2 mil milhões de euros para o Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras (IBMF) e 859 milhões de euros (contribuição total da UE) para a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex);
- 1,7 mil milhões de euros para despesas relacionadas com a migração, dos quais 1,5 mil milhões de euros para apoiar os migrantes e os requerentes de asilo, em conformidade com os nossos valores e prioridades;
- 1,6 mil milhões de euros para fazer face aos desafios da defesa, dos quais 638 milhões de euros para apoiar o desenvolvimento de capacidades e a investigação no âmbito do Fundo Europeu de Defesa (FED), 251 milhões de euros para apoiar a mobilidade militar, 260 milhões de euros para o novo instrumento de defesa a curto prazo (EDIRPA) e 343 milhões de euros para apoiar a produção de munições;
- 958 milhões de euros para assegurar o funcionamento do mercado único, incluindo 602 milhões de euros para o programa do mercado único e 200 milhões de euros para ações no domínio da luta contra a fraude, da fiscalidade e das alfândegas;
- 754 milhões de euros para o programa UE pela Saúde, a fim de assegurar uma resposta global em matéria de saúde às necessidades das pessoas, bem como 240 milhões de euros para o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia (rescEU), a fim de poder mobilizar rapidamente assistência operacional em caso de crise;
- 733 milhões de euros para a segurança, dos quais 322 milhões de euros para o Fundo para a Segurança Interna (FSI), que combaterá o terrorismo, a radicalização, o antissemitismo, a criminalidade organizada e a cibercriminalidade.

✓ Próximos passos

O orçamento anual para 2024 será agora formalmente adotado pelo Conselho da União Europeia e pelo Parlamento Europeu. A votação em plenário, que marcará o fim do processo, está atualmente prevista para 22 de novembro de 2023.

✓ Para mais informações

[Perguntas e respostas: Acordo sobre o orçamento anual de 2024](#)

Fonte - [Commission welcomes agreement on EU Annual Budget 2024 \(europa.eu\)](https://europa.eu)



Notícias do Conselho



Conselho adota Regulamento relativo à Rede de Informação de Sustentabilidade Agrícola

O Conselho deu hoje luz verde final ao Regulamento relativo à Rede de Informação de Sustentabilidade Agrícola (RISA).

O objetivo do novo regulamento é melhorar a **sustentabilidade** dos sistemas alimentares da UE através de uma **melhoria do processo de recolha de dados** que tenha em conta os dados ambientais e sociais, juntamente com os dados económicos já recolhidos através da Rede de Informação Contabilística Agrícola (RICA).

“Sem os dados necessários, não podemos acompanhar os nossos progressos nem tirar as conclusões certas. O Regulamento relativo à Rede de Informação de Sustentabilidade Agrícola permitir-nos-á utilizar da melhor forma os nossos dados agrícolas, para que possamos acompanhar os progressos realizados na consecução dos nossos objetivos de sustentabilidade.” - Luis Planas Puchades, ministro interino da Agricultura, das Pescas e da Alimentação de Espanha

✓ A RICA passa a RISA

O Regulamento RISA agora adotado modifica o Regulamento RICA, a fim de permitir a recolha de dados adicionais necessários ao acompanhamento da consecução dos objetivos da política agrícola comum (PAC) e do Pacto Ecológico Europeu, bem como da sua **Estratégia do Prado ao Prado** e da sua **Estratégia para a Biodiversidade**.

A atual RICA consiste numa base de dados microeconómicos e contabilísticos recolhidos anualmente, com base numa metodologia comum, de uma amostra de mais de 80 000 explorações agrícolas da UE, de forma a ter representatividade estatística. O regulamento revisto prevê a recolha de **dados ambientais e sociais**, para além dos dados já recolhidos ao abrigo do Regulamento RICA.

✓ Maior sustentabilidade através de uma melhor recolha de dados

Graças ao regulamento revisto:

- as ligações com outras iniciativas de recolha de dados serão melhoradas, **reduzindo assim os encargos administrativos**
- os dados recolhidos serão utilizados na **investigação e na elaboração de políticas**, com o objetivo global de acompanhar e melhorar os esforços de sustentabilidade
- os **serviços de aconselhamento** aos agricultores serão melhorados e mais bem adaptados

A participação no processo de recolha de dados será **voluntária**, ao passo que os Estados-Membros serão encorajados a desenvolver **incentivos** para que os agricultores partilhem os seus dados. O novo sistema assegurará a segurança e a proteção dos dados dos agricultores.

✓ Contexto e próximas etapas

O Pacto Ecológico Europeu, bem como a sua Estratégia do Prado ao Prado e a sua Estratégia para a Biodiversidade introduziram metas ambientais e climáticas para o setor agrícola, de forma a contribuir para a consecução do objetivo da UE de atingir a neutralidade climática até 2050.

Os progressos realizados na concretização dessas metas têm de ser aferidos com recurso a dados e indicadores adequados, o que levou a Comissão Europeia a propor a conversão da RICA no Regulamento RISA, colocando assim os dados climáticos e ambientais no centro dos esforços de recolha de dados no setor agrícola.

As negociações do primeiro trílogo entre o Conselho e o Parlamento Europeu sobre esta proposta tiveram lugar em 7 de junho de 2023. O acordo entre as duas instituições foi alcançado durante a sua segunda reunião do trílogo, em 29 de junho de 2023.

O regulamento entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial.

- [Regulamento relativo à Rede de Informação de Sustentabilidade Agrícola](#)
- [Rede de Dados sobre a Sustentabilidade das Explorações Agrícolas: Conselho e Parlamento chegam a acordo político provisório \(comunicado de imprensa, 29 de junho de 2023\)](#)
- [Estratégia do Prado ao Prado \(Comissão Europeia\)](#)

Fonte - Conselho adota Regulamento relativo à Rede de Informação de Sustentabilidade Agrícola - Consilium (europa.eu)